

**OLHARES COMPARTILHADOS: FOTOGRAFIAS PARTICIPANTES E  
ANTROPOLOGIA VISUAL NO USO DO PHOTOVOICE**

**SHARED PERSPECTIVES: PARTICIPANT PHOTOGRAPHS AND VISUAL  
ANTHROPOLOGY IN THE USE OF PHOTOVOICE**

**PERSPECTIVAS COMPARTIDAS: FOTOGRAFÍAS DE LOS PARTICIPANTES Y  
ANTROPOLOGÍA VISUAL EN EL USO DE LA FOTOVOZ**



10.56238/revgeov16n5-162

**Daniel Ercílio Neres**

Especialista em Marketing Digital

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: daniel.neres@ufrgs.br

**Daniel Keller**

Doutorando e mestre em Processos e Manifestações Culturais

Instituição: Universidade Feevale

bolsista PROSUC/CAPES

E-mail: danielgk@feevale.br

**Claudia Schemes**

Doutora em História

Instituição: Universidade Feevale

E-mail: claudias@feevale.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8170-9684>

---

**RESUMO**

Este artigo discute o Photovoice como uma prática metodológica situada no campo da antropologia visual e compartilhada, orientada à produção colaborativa de conhecimento e à compreensão de modos de vida atravessados por identidades interseccionais. A partir de uma experiência empírica realizada com sete participantes de perfis diversos — incluindo pessoas com deficiência visual —, o estudo analisa o processo de produção de imagens, entrevistas e encontros coletivos, observando como a fotografia pode operar simultaneamente como artefato etnográfico, dispositivo de enunciação e espaço de cuidado coletivo. As etapas metodológicas compreenderam alfabetização midiática, produção livre de imagens, pré-seleções individuais, grupos de discussão e devolutivas analíticas, com ênfase na acessibilidade e na reflexividade ética. A análise das imagens e narrativas revelou tensões entre visibilidade e proteção, agência e vulnerabilidade, destacando a potência política e sensorial da imagem como espaço de negociação e de encontro. O trabalho inscreve-se na tradição da antropologia compartilhada e nas epistemologias decoloniais e multissensoriais, propondo uma leitura da fotografia como gesto de partilha e instrumento de resistência simbólica.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade. Etnografia. Photovoice. Metodologia Qualitativa. Acessibilidade.



**ABSTRACT**

This article discusses Photovoice as a methodological practice situated in the field of visual and shared anthropology, oriented towards the collaborative production of knowledge and the understanding of ways of life traversed by intersectional identities. Based on an empirical experience carried out with seven participants of diverse profiles—including people with visual impairments—the study analyzes the process of image production, interviews, and collective encounters, observing how photography can operate simultaneously as an ethnographic artifact, a device of enunciation, and a space of collective care. The methodological steps included media literacy, free image production, individual pre-selections, discussion groups, and analytical feedback, with an emphasis on accessibility and ethical reflexivity. The analysis of the images and narratives revealed tensions between visibility and protection, agency and vulnerability, highlighting the political and sensory power of the image as a space for negotiation and encounter. The work is inscribed in the tradition of shared anthropology and in decolonial and multisensory epistemologies, proposing a reading of photography as a gesture of sharing and an instrument of symbolic resistance.

**Keywords:** Intersectionality. Ethnography. Photovoice. Qualitative Methodology. Accessibility.

**RESUMEN**

Este artículo aborda la Fotovoz como una práctica metodológica inscrita en el campo de la antropología visual y compartida, orientada a la producción colaborativa de conocimiento y a la comprensión de modos de vida atravesados por identidades interseccionales. A partir de una experiencia empírica con siete participantes de perfiles diversos —incluidas personas con discapacidad visual—, el estudio analiza el proceso de producción de imágenes, entrevistas y encuentros colectivos, observando cómo la fotografía puede operar simultáneamente como artefacto etnográfico, instrumento de enunciación y espacio de cuidado colectivo. Los pasos metodológicos incluyeron alfabetización mediática, producción libre de imágenes, preselecciones individuales, grupos de discusión y retroalimentación analítica, con énfasis en la accesibilidad y la reflexividad ética. El análisis de las imágenes y narrativas reveló tensiones entre visibilidad y protección, agencia y vulnerabilidad, resaltando el poder político y sensorial de la imagen como espacio de negociación y encuentro. El trabajo se inscribe en la tradición de la antropología compartida y en epistemologías decoloniales y multisensoriales, proponiendo una lectura de la fotografía como gesto de compartir e instrumento de resistencia simbólica.

**Palabras clave:** Interseccionalidad. Etnografía. Fotovoz. Metodología Cualitativa. Accesibilidad.



## 1 INTRODUÇÃO

Em um mundo saturado de imagens e atravessado por disputas de narrativa, a produção visual tornou-se um terreno privilegiado para compreender as relações entre representação, poder e experiência. Na antropologia contemporânea, a fotografia deixou de ser mero instrumento de registro para assumir o estatuto de linguagem relacional — um modo de pensar e de sentir o campo. Como observa Sylvia Caiuby Novaes (2017, p. 13), a fotografia “não é apenas espelho do real, mas uma tradução que se constrói no encontro”, evidenciando a dimensão performativa e dialógica das práticas visuais.

O método Photovoice, criado por Wang e Burris (1997), inscreve-se nesse deslocamento epistemológico ao colocar a câmera nas mãos dos participantes, redistribuindo as possibilidades de enunciação e autoria. Mais do que democratizar o olhar, trata-se de uma forma de narrar o mundo a partir das margens — um gesto de coautoria que devolve aos sujeitos o direito de representar-se. No entanto, sua aplicação em contextos etnográficos multissensoriais, especialmente com pessoas com deficiência visual, permanece pouco explorada na literatura antropológica, o que revela uma lacuna teórica e metodológica a ser enfrentada.

O tema deste estudo concentra-se no Photovoice como metodologia participativa situada no campo da antropologia visual, analisando sua potência ética, política e sensorial. O problema de pesquisa do estudo pode ser sintetizado na seguinte questão: como o método Photovoice, articulado à antropologia compartilhada e às epistemologias decoloniais e multissensoriais, pode produzir práticas de coautoria, cuidado e resistência simbólica entre sujeitos atravessados por marcadores interseccionais de gênero, raça/cor e deficiências?

O objetivo geral é compreender como o Photovoice pode operar como prática colaborativa de produção de conhecimento e de cuidado coletivo no campo da antropologia visual, especialmente em contextos de diversidade sensorial e interseccional. Para isso, busca-se: (a) analisar como o método se insere na tradição da antropologia da imagem em uma postura compartilhada (b) investigar o processo prático de produção e discussão das imagens entre os participantes, observando dimensões de visibilidade, vulnerabilidade e agência; (c) examinar as adaptações metodológicas que permitiram a participação de pessoas cegas e com baixa visão; (d) refletir sobre as implicações éticas e epistemológicas das metodologias participativas; e (e) propor uma ampliação conceitual da antropologia visual.

A pesquisa foi desenvolvida entre fevereiro e março de 2024, em um processo composto por cinco encontros coletivos virtuais e sete entrevistas individuais, realizados com o apoio de softwares de acessibilidade e leitores de tela. Participaram sete pessoas, com diversidade de gênero, raça/cor, idades, modos de percepção e formatos corporais. Entre elas, havia participantes cegas/os e com baixa visão, além de pessoas que se autodeclaram negras, trans, idosas e em corpos gordos; também houve



relato de limitações motoras de longa data. A equipe de pesquisa era composta majoritariamente por pessoas brancas e incluiu um pesquisador cego, além de integrantes gays e em corpos gordos. O detalhamento individual foi discutido em consentimento contínuo e está agregado aqui para proteger privacidade.” A condução das atividades foi planejada de modo acessível, garantindo que todas as etapas — da mediação das conversas à leitura das imagens — pudessem ocorrer de forma inclusiva e dialógica. Ressalta-se que a descrição de marcadores sociais foi autodeclarada e o nível de detalhamento negociado com cada pessoa, aplicando o princípio de minimização de dados para reduzir riscos de reidentificação em amostras pequenas. O consentimento foi contínuo e revisável.

Os encontros ocorreram em ambiente virtual, com tempo e ritmo ajustados às necessidades do grupo, e privilegiaram a escuta, o toque e a imaginação como formas legítimas de experiência sensorial. O campo foi conduzido sob princípios de horizontalidade e coautoria, assegurando que cada pessoa pudesse definir suas próprias formas de expressão — por meio de fotografia, som, colagem, escrita ou narrativa oral. Essa escolha metodológica buscou não apenas registrar o mundo visível, mas acolher múltiplas formas de percepção e produção de sentido.

Parte-se da hipótese de que o Photovoice, quando articulado a princípios de acessibilidade e reciprocidade, pode constituir-se como prática de coautoria e reparação simbólica, redistribuindo o poder de narrar e representar. Além disso, pressupõe-se que a inclusão de participantes cegos e com baixa visão expande a noção de visualidade, demonstrando que o conhecimento antropológico pode emergir de um campo multissensorial de relações e afetos.

Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo e exploratório inserido na tradição da antropologia compartilhada (Rouch, 2003; Eckert & Rocha, 2003). A investigação baseou-se em encontros coletivos e individuais que combinaram alfabetização midiática, produção de imagens, discussões em grupo e devolutivas analíticas. As etapas foram documentadas por meio de registros em áudio, vídeo e diários de campo, com validação colaborativa das interpretações e consentimento ético contínuo. Essa abordagem buscou assegurar acessibilidade, horizontalidade e reflexividade, transformando o Photovoice em uma prática de pesquisa sensorial e política.

Ao mobilizar as contribuições da antropologia compartilhada (Rouch, 2003; Novaes, 2017) e das epistemologias decoloniais e multissensoriais (Smith, 2021; Howes, 2022), o estudo propõe compreender a fotografia não apenas como artefato etnográfico, mas como gesto de partilha e prática política do sensível. O referencial teórico articula quatro eixos interdependentes que sustentam a leitura do Photovoice como prática etnográfica de coautoria e cuidado: (1) a antropologia visual e compartilhada, que se apoia em Eckert e Rocha (2003), Novaes (2017) e Rouch (2003, 2015), enfatizando o fazer colaborativo e a devolução das imagens ao contexto de origem; (2) a interseccionalidade, fundamentada em Patricia Hill Collins (2022) e Gama (2017), que permite compreender as sobreposições entre gênero, raça, classe e corpo como enredamentos de visibilidade e



vulnerabilidade; e (3) a antropologia multissensorial, apoiada em Howes (2022), MacDougall (2006), Kleege (2018) e Bolt (2021), que desloca a visualidade para um campo de percepção encarnada e inclusiva. Argumenta-se, portanto, que o *Photovoice*, ao ser articulado a esses referenciais e orientado por princípios de acessibilidade e reciprocidade, desestabiliza hierarquias visuais e produz modos alternativos de ver, ouvir e existir em comum

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ANTROPOLOGIA VISUAL E O GESTO COMPARTILHADO

A antropologia visual consolidou-se como um campo de experimentação situado entre ciência, arte e política. Desde Jean Rouch (2003; 2015), a câmera passou a ser vista como mediadora de encontros e não como simples instrumento de captura. Rouch inaugurou uma ética da partilha que desloca o pesquisador de um lugar de observador para o de participante de um processo coletivo de criação e interpretação — o que ele chamava de *cinema verdade* e, posteriormente, *antropologia compartilhada*.

No Brasil, Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2016) ampliam esse horizonte ao propor a noção de “antropologia da imagem”, entendida como um campo disciplinar que busca compreender as relações entre imagem, visualidade e práticas de pesquisa antropológica. As autoras observam que, historicamente, a antropologia foi uma disciplina predominantemente escrita, na qual imagens e sons eram utilizados como anexos ilustrativos. Contudo, com o avanço das tecnologias audiovisuais e digitais ao longo do século XX, o uso da imagem passou a ser reconhecido como forma legítima de produção de conhecimento. Inspiradas nas contribuições de Margaret Mead e Gregory Bateson, Eckert e Rocha (2016) defendem que a antropologia da imagem deve explorar os “campos semânticos” e os dispositivos institucionais que integram o visual e o sonoro na produção etnográfica, abrindo espaço para novas linguagens e para o diálogo entre arte, ciência e tecnologia.

O *Photovoice* herda diretamente esse princípio, permitindo que os participantes produzam suas próprias imagens e, com elas, novos sentidos sobre suas experiências. Ao colocar a câmera nas mãos de quem costuma ser objeto de pesquisa, o método torna-se um dispositivo de autoria e redistribuição do olhar. No entanto, como enfatiza Liebenberg (2018), essa entrega da câmera não é automaticamente emancipatória. A autora propõe uma reflexão crítica sobre os riscos e contradições inerentes ao uso das imagens em contextos participativos, apontando quatro dimensões fundamentais:

- (1) o risco de exploração e opressão, quando as imagens são usadas sem processos éticos de devolução e sem o consentimento informado e contínuo dos participantes;
- (2) a subjetividade da interpretação, já que o sentido das imagens é sempre situado e depende das experiências e contextos sociais de quem as produz e as lê;
- (3) o impacto limitado na mudança social, quando a circulação das imagens ignora aspectos de literacia



visual, tradução cultural e mobilização política; e  
(4) os desafios na disseminação e no impacto público, especialmente quando não se planeja como e para quem os resultados serão compartilhados.

Essas críticas reforçam que o *Photovoice* exige mais do que a produção de imagens: requer um compromisso ético e intencional com os processos de cointerpretação, devolutiva e circulação das fotografias. Sem isso, corre-se o risco de repetir as mesmas hierarquias de poder que o método busca questionar. Assim, o valor da imagem etnográfica não reside apenas em sua capacidade representacional, mas em sua potência relacional — como espaço de cuidado, escuta e construção de mundos comuns.

## 2.2 INTERSECCIONALIDADE E EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS

A interseccionalidade, tal como proposta por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2016), constitui uma ferramenta analítica que permite compreender a complexidade das experiências humanas em suas dimensões sociais, políticas e culturais. Ao reconhecer que os eventos da vida são moldados simultaneamente por múltiplos fatores — como gênero, raça, classe e deficiência —, as autoras propõem uma abordagem que rejeita leituras unidimensionais das desigualdades. Essa perspectiva desloca o olhar das categorias isoladas para as tramas relacionais que estruturam a opressão, revelando como diferentes marcadores sociais se entrecruzam e se reforçam mutuamente.

Mais do que um conceito teórico, Collins e Bilge (2016) compreendem a interseccionalidade como práxis crítica — um modo de articular pesquisa e ação transformadora. Essa dupla dimensão, analítica e política, afasta a interseccionalidade de um uso meramente descritivo e a reinsere no campo das lutas coletivas, onde teoria e prática se co-implicam. As autoras (Collins & Bilge, 2016) defendem que o conhecimento só é emancipador quando nasce de um movimento dialógico entre corpos e territórios, o que as aproxima de uma epistemologia situada e insurgente. Assim, a interseccionalidade não é apenas uma metodologia para analisar desigualdades, mas um modo de pensar e agir comprometido com a justiça social e com a redistribuição do poder de narrar.

No contexto latino-americano, a leitura interseccional ganha densidade ao dialogar com autoras como Fabiene Gama (2016), que propõe uma antropologia sensível às emoções, aos afetos e às formas de expressão incorporadas. Em seu trabalho sobre manifestações políticas em Bangladesh, Gama demonstra como as imagens e as emoções se tornam dispositivos de mobilização e de crítica às dicotomias clássicas da antropologia, como razão e emoção, corpo e mente, realidade e ficção. Tal perspectiva converge com a proposta interseccional ao recusar hierarquias epistemológicas e ao enfatizar as formas de conhecimento que emergem do corpo e das experiências vividas.

Estas articulações revelam que o desafio da interseccionalidade não é apenas identificar a sobreposição de opressões, mas reconfigurar as próprias formas de conhecimento que as sustentam.





Ao reconhecer que a experiência é um lugar de produção teórica, a interseccionalidade opera como uma epistemologia de fronteira — uma prática de tradução e resistência entre mundos. Nesse sentido, ao ser aplicada em contextos etnográficos multissensoriais, como os propostos neste estudo, ela permite pensar a corpo, o gênero e a raça não como marcadores fixos, mas como dimensões relacionais que atravessam os modos de ver, sentir e representar o mundo.

### 2.3 MULTISSENSORIALIDADE E ACESSIBILIDADE COMO EPISTEMOLOGIA

A antropologia dos sentidos, conforme propõe David Howes (2022), convida a compreender o conhecimento como experiência encarnada e situada, em que cada cultura organiza e valoriza os sentidos de modos próprios. As hierarquias perceptivas — o predomínio da visão em sociedades ocidentais, por exemplo — não são universais, mas construções culturais. Howes defende que os estudos multisensoriais devem investigar comparativamente essas ecologias sensoriais, reconhecendo que o sentir é sempre coletivo e relacional. Tal perspectiva implica também uma abertura epistemológica para acolher paradigmas não ocidentais de percepção, nos quais o ver, o ouvir, o tocar e o imaginar se entrelaçam em formas de conhecimento que desafiam a separação entre corpo e mente.

Essa abordagem encontra eco na antropologia visual e filmica de David MacDougall (2006), que concebe a imagem como um modo de pensar com o corpo. Em *The Corporeal Image*, o autor argumenta que a etnografia sensorial não se limita à observação, mas emerge do contato — da presença física, do som ambiente, do gesto e da respiração. A câmera, nesse contexto, torna-se extensão perceptiva do pesquisador e dos participantes, instaurando um campo de trocas sensoriais que mobiliza todos os sentidos. MacDougall propõe uma *visualidade expandida*, em que o conhecimento não é apenas representado, mas vivido.

Ao integrar pessoas com diferentes formas de percepção, o projeto de *Photovoice* revelou que ver é também ouvir, imaginar e tocar. O exercício coletivo de traduzir experiências por meio da fotografia, da narração e do som tornou visível a pluralidade dos modos de perceber o mundo. A partir de Georgina Kleege (2018), compreende-se que a cegueira — ou qualquer variação perceptiva — não é ausência, mas outra forma de presença. As imagens produzidas por participantes com pouca ou nenhuma visão expandiram o conceito de fotografia, transformando-a em gesto tátil, auditivo e imaginativo. Nesse sentido, o direito à imagem se amplia: é também o direito à percepção e à expressão sensorial em suas múltiplas linguagens.

O pensamento de David Bolt (2019) oferece base crítica para esta ampliação. Seu modelo tripartite — entre positivismos normativos, negativismos não normativos e positivismos não normativos — permite compreender como certas formas de percepção são marginalizadas enquanto outras são elevadas à norma. Bolt defende uma pedagogia que reconhece essas diferenças não como falhas, mas como fontes de insight. As “cripistemologias”, em sua formulação, desafiam o privilégio



das epistemes dominantes e propõem uma educação libertadora, fundada no diálogo e na colaboração entre diferentes modos de existir e conhecer.

Assim, a acessibilidade é aqui compreendida não apenas como adaptação técnica, mas como princípio epistemológico e político. Pesquisar e criar de modo acessível significa reconhecer que o conhecimento nasce da relação entre corpos, sons, imagens e afetos. O *Photovoice* torna-se, nesse horizonte, um método sensorial expandido e libertador — uma prática de coautoria em que a diferença perceptiva é potência cognitiva e ética. Ao colocar em relação experiências diversas do sensível, o estudo reafirma que toda forma de conhecer é, antes de tudo, uma forma de partilhar o mundo.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 DESENHO METODOLÓGICO

O delineamento metodológico foi concebido como relato de experiência etnográfica, desenvolvido a partir de um processo coletivo de criação visual e reflexão. O estudo contou com sete participantes, selecionados intencionalmente de modo a garantir diversidade de gênero, faixa etária, raça/etnia, deficiência e classe social.

Entre eles, havia pessoas com baixa visão e cegueira total, o que permitiu explorar dimensões multissensoriais da produção imagética, tanto entre os pesquisadores como também entre os participantes. Essa composição plural reflete a concepção de Patricia Hill Collins (2022), segundo a qual as interseccionalidades devem ser compreendidas como redes de relações que configuram posições e experiências, e não como simples somatório de desigualdades.

#### 3.2 ETAPAS DA PESQUISA

A coleta de dados foi organizada em cinco etapas principais, articulando encontros formativos, produções visuais, entrevistas individuais e momentos de devolutiva coletiva. Todas as fases foram planejadas com base em princípios de acessibilidade, horizontalidade e reflexividade ética.

##### a) Encontro inicial — Construção coletiva e alfabetização midiática

O primeiro encontro teve caráter introdutório e formativo. Foram apresentados os objetivos da pesquisa, discutidos aspectos éticos e elaborado coletivamente o conjunto de perguntas geradoras que orientariam a produção de imagens. Essa sessão incluiu uma oficina de alfabetização midiática, voltada à reflexão sobre enquadramento, consentimento e narrativa visual.

##### b) Produção de imagens (10 dias)

Durante dez dias, os participantes produziram imagens a partir das perguntas elaboradas coletivamente, utilizando celulares, câmeras digitais ou recursos alternativos, como gravações





sonoras, colagens e descrições textuais. Essa pluralidade foi fundamental para garantir inclusão e liberdade expressiva, especialmente no caso de pessoas com deficiência visual.

c) Pré-encontros individuais — Seleção e negociação de consentimentos

Cada participante realizou um encontro individual com os pesquisadores, apresentando o conjunto de materiais produzidos, realizando uma pré-seleção e discutindo questões de anonimato, exposição e circulação das imagens. Esses momentos funcionaram como espaços de escuta e negociação ética, em que o consentimento foi tratado como processo contínuo, conforme defendem Liebenberg (2018) e Catalani & Minkler (2010).

d) Encontro coletivo — Apresentação e discussão das imagens

Em grupo, cada participante escolheu três imagens para compartilhar. Após cada exibição, o coletivo produzia uma “palavra-força” que sintetizava o sentido simbólico ou afetivo da fotografia. Esse exercício promoveu um espaço de cointerpretação e partilha, transformando o grupo em comunidade de análise e de cuidado.

e) Devolutiva analítica

O processo encerrou-se com uma reunião final de devolutiva, na qual os pesquisadores apresentaram leituras preliminares das imagens e narrativas. As interpretações foram submetidas à revisão do grupo, garantindo rastreabilidade, transparência e coautoria na construção dos resultados.

### 3.3 ÉTICA E RASTREABILIDADE

A ética foi compreendida como prática situada e contínua, não restrita a uma etapa formal de aprovação. O consentimento foi renegociado ao longo de todo o processo, e os participantes tiveram autonomia para retirar materiais, modificar autorizações ou decidir sobre o destino público das imagens. Foram oferecidas contrapartidas concretas, como a impressão das fotografias, a realização de uma exposição comunitária e a escrita de um texto-manifesto coletivo.

Como defende Hikiji (2018), a imagem etnográfica só adquire sentido pleno quando retorna ao campo e se reinscreve nas trocas e afetos que a originaram. Nessa perspectiva, a ética não se limita a evitar danos, mas implica promover reciprocidade, reconhecimento e cuidado mútuo.

Desta forma, todos os encontros foram registrados em áudio e vídeo, mediante autorização formal. Os pesquisadores elaboraram diários de campo individuais e um caderno coletivo com observações e reflexões. A análise do corpus baseou-se em triangulação metodológica — entre imagens, falas e notas de campo — e em estratégias de validação colaborativa, durante as devolutivas e revisões coletivas.



### 3.4 ACESSIBILIDADE E ANTROPOLOGIA MULTISSENSORIAL

A participação de pessoas cegas e com baixa visão exigiu adaptações metodológicas que se tornaram parte constitutiva da epistemologia do projeto.

Foram criadas descrições sonoras padronizadas para todas as imagens, versões em áudio das instruções e uso de softwares compatíveis com leitores de tela. Durante os encontros, as imagens foram descritas em voz alta e comentadas coletivamente, promovendo um ambiente de escuta sensorial e interpretação compartilhada.

Essas práticas concretizaram o que Fabiene Gama (2016) denomina etnografia multissensorial, na qual o conhecimento emerge das interações corporais e afetivas, e não apenas da observação visual. Assim, o Photovoice foi ressignificado como prática sensorial expandida, capaz de incluir e valorizar modos diversos de percepção e presença no campo etnográfico.

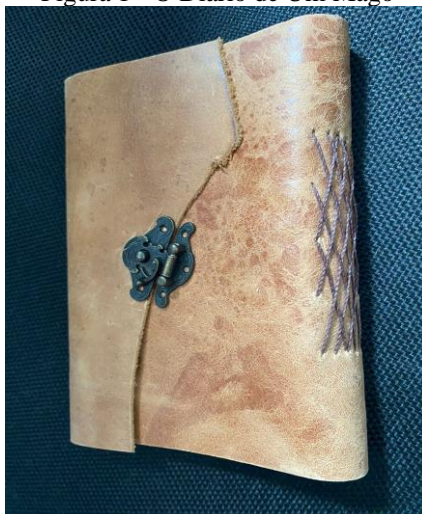
## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do material produzido e das interações coletivas revelou dimensões que extrapolam a simples aplicação do *Photovoice* como técnica participativa. O processo revelou-se um campo de aprendizado sensorial e político, no qual os limites entre pesquisador e participante, entre imagem e palavra, entre ver e sentir, foram constantemente negociados.

### 4.1 A IMAGEM COMO DISPOSITIVO RELACIONAL

A entrega da câmera e de outros meios expressivos aos participantes não apenas democratizou a produção visual, mas reconfigurou a própria ideia de autoria. As imagens emergiram como acontecimentos relacionais, atravessados por afeto, memória e imaginação.

Figura 1 - O Diário de Um Mago



Fotografia produzida por um participante durante a etapa de Photovoice, em resposta à pergunta: “O que mudou e o que mudou em mim? Quais fases e mutações passei e que passaram por mim?”

Fonte: Acervo da pesquisa Photovoice (2024). Publicação autorizada pelos participantes.

Como destaca Novaes (2017), a fotografia etnográfica é sempre um encontro. Nos encontros coletivos, objetos cotidianos — bengalas, janelas, sombras — tornaram-se operadores simbólicos de pertencimento e transformação. O grupo não apenas analisou imagens, mas produziu vínculos, compartilhando experiências de corpo e de resistência.

#### 4.2 INTERSECCIONALIDADE EM IMAGEM: ENTRE VISIBILIDADE E VULNERABILIDADE

A diversidade do grupo trouxe regimes distintos de visibilidade. Participantes negras, participantes LGBTQIA+ e participantes cegas/os ou com baixa visão expuseram tensões entre mostrar-se e proteger-se. Essa ambiguidade confirma o alerta de Smith (2021): o risco de práticas participativas se tornarem novas formas de extração simbólica. Por isso, o Photovoice mostrou-se espaço de negociação contínua — cada imagem era também decisão ética sobre o que exibir e o que silenciar.

Durante as discussões, emergiram tensões recorrentes: o desejo de mostrar-se e o medo de exposição; a vontade de representar-se e a consciência do risco de estigmatização. Essas ambiguidades ecoam as preocupações de Linda Tuhiwai Smith (2021) sobre o perigo de transformar práticas participativas em novos mecanismos de extração simbólica. Assim, as decisões sobre circulação, legendas e usos públicos tornaram-se parte constitutiva do processo analítico e ético.

Figura 2 - Pelagem



Fonte: Fotografia produzida por uma participante durante a pesquisa Photovoice, em resposta à pergunta: “Onde está o incômodo — os meus e os dos outros? Onde e como eu preciso me adaptar?”

Fonte: Acervo da pesquisa Photovoice (2024). Publicação autorizada pelos participantes.

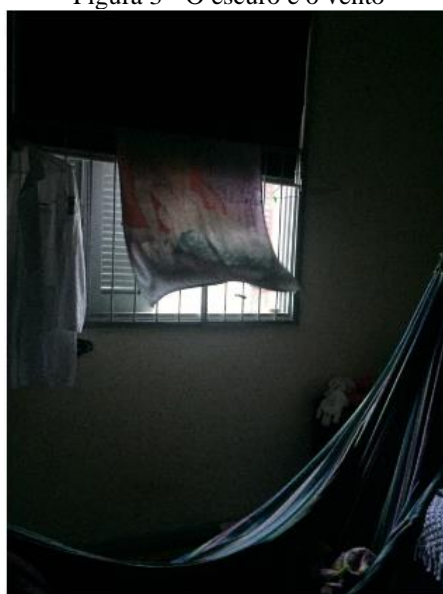
Cada fotografia, lida em conjunto com suas narrativas, revelou um espaço de negociação entre o *dizer* e o *calar*. As interpretações não buscaram consenso, mas multiplicidade. Essa polissemia é coerente com o que Gama (2017) chama de “densidade emocional das imagens”, na qual cada olhar

contém camadas de memória, desejo e cuidado. O *Photovoice*, neste contexto, mostrou-se não apenas um método de pesquisa, mas um espaço de elaboração simbólica — um campo de cuidado, no qual o ato de mostrar pode ser, ao mesmo tempo, vulnerável e reparador.

#### 4.3 ACESSO, SENSORIALIDADE E DESLOCAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

A inclusão de pessoas cegas redefiniu a própria ideia de visualidade. As imagens foram também sons e descrições. Essa experiência confirmou a proposta de MacDougall (2006) de que o corpo é o primeiro instrumento de observação. O *Photovoice*, nesse contexto, tornou-se laboratório de sensorialidade e imaginação, reafirmando que a diferença perceptiva é fonte de conhecimento. A participação de pessoas cegas, tanto entre os pesquisados quanto entre os pesquisadores, desestabilizou concepções convencionais de “visualidade”. As dinâmicas de descrição e escuta coletiva evidenciaram que a imagem é também som, textura, ritmo. O que se produz, nesse sentido, é uma antropologia multissensorial, onde o olhar é substituído pela presença sensível.

Figura 3 - O escuro e o vento



Fonte: Fotografia produzida por uma participante durante a etapa de *Photovoice*, em resposta à pergunta: “Quem é o autor? Onde e quem sou eu?”

Fonte: Acervo da pesquisa *Photovoice* (2024). Publicação autorizada pelos participantes.

Para David MacDougall (2006), o corpo é o primeiro instrumento de observação antropológica. Essa proposição encontrou ressonância prática no projeto: ao acolher outras formas de percepção, o grupo expandiu o campo do visível e abriu caminhos para o que Bolt (2021) chama de *estudos culturais da deficiência*, em que a diferença sensorial se torna potência epistemológica.

Esse deslocamento exige que a antropologia visual repense sua própria denominação. Se a imagem é evento, e se o evento envolve múltiplos sentidos, então o campo não se limita ao “visual”,

mas à experiência relacional e encarnada. O *Photovoice*, neste caso, não apenas documenta, mas também transforma — o modo de ver, de ouvir e de compreender o outro.

## 5 CONCLUSÕES

O estudo confirmou que o *Photovoice*, quando articulado à antropologia compartilhada e às epistemologias do sensível, é mais do que metodologia participativa: é prática ética e política de coautoria. As imagens e narrativas produzidas revelaram que a fotografia pode operar como gesto de cuidado e resistência simbólica. Especificamente, a respeito da inclusão de participantes cegos mostrou que a visualidade é forma de relação, e não atributo do olhar.

A antropologia visual, assim, amplia-se para uma antropologia multissensorial — capaz de reconhecer nas diferenças sensoriais a potência do encontro e da criação coletiva. A experiência com participantes cegos introduziu deslocamentos decisivos: ao exigir adaptações metodológicas e comunicativas, o grupo tornou-se um laboratório de sensorialidade e de imaginação. Esse aprendizado mostrou que a visualidade não é atributo do olhar, mas forma de relação. Assim, a antropologia visual, ao acolher práticas de escuta, toque e imaginação, transforma-se em antropologia multissensorial, capaz de reconhecer a potência das diferenças perceptivas como motor epistemológico.

Do ponto de vista ético e político, a pesquisa reafirmou que não há antropologia compartilhada sem protocolos de reciprocidade e consentimento dinâmico. A coautoria deve traduzir-se em decisões reais sobre circulação, anonimato, crédito e retorno dos resultados, garantindo que a imagem não seja apropriada, mas compartilhada. Isso exige reconhecer o *Photovoice* como prática de reparação simbólica — um modo de devolver às pessoas o direito de se representar, e de participar das decisões sobre o destino de suas narrativas.

Analiticamente, os resultados evidenciam que identidades interseccionais não se somam de maneira linear: elas se enredam em experiências situadas que desafiam as categorias convencionais da pesquisa social. O método revelou a potência dessas intersecções ao permitir que múltiplas camadas de subjetividade emergissem nas imagens e nas palavras, configurando uma etnografia plural e sensível.

Como afirmam Eckert e Rocha (2003), a imagem é sempre negociação; como lembra Novaes (2017), seu sentido nasce do encontro; e, conforme Paulo Freire (2022), todo processo compartilhado deve servir à liberdade e à transformação coletiva. O *Photovoice*, nesse sentido, revelou-se espaço pedagógico e político, em que o ato de olhar é também o ato de se libertar das narrativas impostas.

Em diálogo com os objetivos iniciais, este estudo buscou compreender como o *Photovoice*, articulado à antropologia compartilhada e às epistemologias multissensoriais, pode se tornar um método de coautoria, cuidado e resistência simbólica. O percurso metodológico confirmou as hipóteses que orientaram o trabalho: a diferença perceptiva é potência cognitiva; a acessibilidade é princípio



epistemológico; e a fotografia, quando compartilhada, se converte em linguagem política do sensível. Assim, o campo vivido reafirmou que o conhecimento não é produzido sobre os outros, mas com os outros — em processos de escuta, reciprocidade e imaginação coletiva

A pesquisa, ao final, produziu um duplo movimento: metodológico e existencial. Para os participantes, o processo representou uma oportunidade de expressar-se e de reconfigurar sua relação com o próprio corpo e com o mundo. Para os pesquisadores, implicou aprendizado ético e sensorial, uma reeducação do olhar e da escuta. Essa circularidade confirma que a antropologia compartilhada é menos um método do que uma ética de presença — um modo de fazer ciência que reconhece a alteridade como princípio e o encontro como finalidade.

Em síntese, o projeto demonstrou que a câmera, quando colocada nas mãos dos participantes, pode converter-se em instrumento de reconhecimento, escuta e resistência. A antropologia visual, nesse contexto, torna-se campo de criação e cuidado — uma prática que entrelaça estética, ética e política na produção coletiva de conhecimento. Ao devolver o olhar, devolve-se também o direito de existir e narrar-se no próprio tempo.





**REFERÊNCIAS**

- BOLT, David. Cultural Disability Studies in Education: Interdisciplinary Navigations of the Normative Divide. London: Routledge, 2021.
- CATALANI, Caricia; MINKLER, Meredith. Photovoice: A Review of the Literature in Health and Public Health. *Health Education & Behavior*, v. 37, n. 3, p. 424–451, 2010.
- COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2022.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Antropologia da imagem no Brasil: experiências fundacionais para a construção de uma comunidade interpretativa. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 277-297, jan/jun, 2016.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 77. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- GAMA, Fabiene. Sobre emoções, imagens e os sentidos: estratégias para experimentar, documentar e expressar dados etnográficos. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 15, n. 45, p. 141-157, dezembro de 2016. ISSN 1676-8965.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. *Staring: How We Look*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- GRIMSHAW, Anna; RAVETZ, Amanda. *Observational Cinema: Anthropology, Film and the Exploration of Social Life*. Bloomington: Indiana University Press, 2009.
- HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. *Experiência visual: etnografia, cinema e outros diálogos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.
- HOWES, David (org.). *The Varieties of Sensory Experience: A Sourcebook in the Anthropology of the Senses*. Toronto: University of Toronto Press, 2022.
- KLEEGER, Georgina. *More Than Meets the Eye: What Blindness Brings to Art*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- LIEBENBERG, Linda. Thinking Critically About Photovoice: Achieving Empowerment and Social Change. *International Journal of Qualitative Methods*, v. 17, p. 1–9, 2018.
- MACDOUGALL, David. *The Corporeal Image: Film, Ethnography, and the Senses*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. *Antropologia e imagem: ensaios sobre a produção visual do conhecimento*. São Paulo: Edusp, 2017.
- PINK, Sarah. *Doing Visual Ethnography*. 4. ed. London: Sage, 2021.
- RIAÑO-ALCALÁ, Pilar. Documenting Violence: Visual Ethnography in Colombia. *American Anthropologist*, v. 118, n. 2, p. 385–387, 2016.
- ROUCH, Jean. *Ciné-ethnography*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.



ROUCH, Jean; DE BRIGARD, Emilie. Cinéma et anthropologie. Paris: CNRS Éditions, 2015.

SMITH, Linda Tuhiwai. Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples. 3. ed. London: Zed Books, 2021.

SUTTON-BROWN, Camille. Photovoice: A Qualitative Method for Research and Activism. Qualitative Report, v. 19, n. 27, p. 1–9, 2014.

TUCK, Eve; YANG, K. Wayne. Decolonization is Not a Metaphor. Decolonization: Indigeneity, Education & Society, v. 1, n. 1, p. 1–40, 2012.

WANG, Caroline; BURRIS, Mary Ann. Photovoice: Concept, Methodology, and Use for Participatory Needs Assessment. Health Education & Behavior, v. 24, n. 3, p. 369–387, 1997.

